

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Os políticos estão fazendo um novo país. Veja

O texto da futura Constituição já começa a ser delineado pelos projetos que os relatores das subcomissões da Constituinte apresentam amanhã (em alguns casos, até 4ª feira), definindo a redação de seções da nova Carta. Eles inovam muito, antecipando uma nova sociedade, um novo País.

Em matéria de ordem econômica, a nova Carta tende a ampliar a presença do Estado como agente produtivo e normativo, assegurar o monopólio da União na extração de petróleo e estendê-lo aos minerais estratégicos. Em questão de tributos, a tendência é impedir a criação de depósitos compulsórios sem prazo de devolução ao contribuinte e sem consulta ao Congresso, estabelecer a igualdade de todos perante a lei pondo fim aos privilégios de magistrados, militares e legisladores e instituir mecanismos que permitam maior controle dos gastos públicos.

Manter a reserva de mercado para a informática, assegurar os recursos públicos para o ensino estatal e controlar melhor as escolas particulares parecem ser os princípios que serão inscritos na futura Carta, ao lado de mecanismos para a unificação dos serviços públicos e privados de saúde, mecanismos de controle da fabricação de medicamentos.

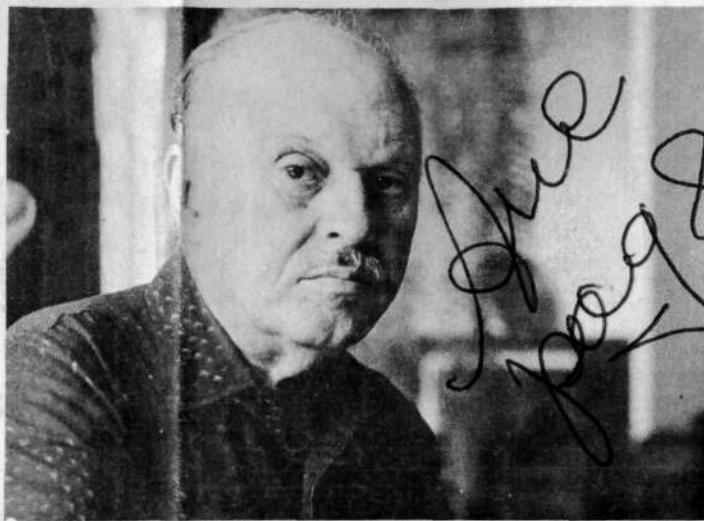
Tudo leva a crer que haverá controle do Congresso na distribuição de canais de televisão e de rádio; que as terras indígenas serão asseguradas, os direi-

tos das minorias serão resguardados contra preconceitos e as mulheres conquistarão mais direitos, além da reivindicada igualdade.

Nesse País ideal que emerge dos relatórios parciais das comissões da Constituinte, a estabilidade no emprego está assegurada para todos, assim como o direito de greve, inclusive em setores essenciais, e o de sindicalização, até mesmo para funcionários públicos. Aposentadoria aos 25 anos de atividade aos professores, aos 30 anos para todos os demais trabalhadores e ainda mecanismos que assegurem a reforma agrária, com o confisco puro e simples dos latifúndios improdutos, sem indenização, tudo isso está previsto.

O regime político tende a ser um parlamentarismo misto, em que o Presidente da República compartilhe da chefia do governo, tenha poderes para dissolver o Congresso, que seria fortalecido em seus mecanismos de controle. O poder Legislativo ganhará maior independência e a Justiça, além de autônoma, será exercida com maior participação popular.

Maior independência municipal, facilidades para a criação de novos Estados, eleições diretas nos territórios e no DF, maior liberdade partidária e Forças Armadas que não possam intervir na segurança pública. Conheça este grande País, esboçado pelos constituintes, nas reportagens publicadas nesta e nas páginas 10 e 11.



Oswaldo Lima Filho: mecanismo para viabilizar reforma agrária



Virgildásio Senna: um relatório progressista

ORDEM ECONÔMICA

Cercos às estatais e aos grandes grupos

VERA RAMOS
Da Editoria de Política

A reserva de mercado no setor da informática será mantida; o Estado continuará monopolizando o petróleo e a intervenção do Estado na economia permanecerá em três níveis: como produtor, regulador e incentivador. Essas são as principais linhas que norteiam o relatório do deputado Virgildásio Senna (PMDB-BA), da Subcomissão de Princípios Gerais. Intervenção do Estado na Economia, Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica.

Ainda no âmbito dessa subcomissão, o relatório final, a ser votado pelos constituintes em plenário, vai ampliar a presença do Estado no processo de desenvolvimento econômico. Segundo a ótica do relator, a iniciativa privada pode beneficiar-se de uma convivência mais íntima com o Estado, desde que a nova Constituição fixe os limites de atuação de cada um. A tendência dos parlamentares mais progressistas é de modificar a presença estatal, atualmente supletiva e relegada a setores econômicos de baixa lucratividade. Eles defendem que o Estado pode e deve ser um agente produtivo e ao mesmo tempo fiscalizador. O objetivo é impor limitações aos grandes grupos econômicos, especialmente às multinacionais.

Para as empresas estatais, responsabilidades pela maior parcela do déficit público e por 70% da dívida brasileira con-

traída no exterior, a nova Constituição deverá criar mecanismos capazes de fiscalizar diretamente as suas administrações. A criação de novas empresas estatais também só será possível mediante aprovação pelo Congresso Nacional. Para os constituintes, o Estado deve ser o mais transparente possível para toda a sociedade de quem a União arrecada os recursos financeiros, através de inúmeros tributos permanentes, como o Imposto de Renda, e outros ocasionais, como os depósitos compulsórios para carros, combustíveis e viagens.

REFORMA AGRÁRIA

Na Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, as divergências de opiniões estão mais cristalizadas entre os constituintes que querem a reforma agrária de fato e aqueles que defendem o direito de propriedade dos latifundiários. O relator, deputado Oswaldo Lima Filho, acredita que a limitação máxima para as propriedades rurais é condição básica para a aplicação de um Plano Nacional Agrário. Esse limite deverá ser feito através de módulos rurais, que serão diferenciados de acordo com as regiões.

Ainda no capítulo da Reforma Agrária, o relatório a ser proposto por Oswaldo Lima Filho fixará mecanismos jurídicos mais fortes para a questão da desapropriação de imóveis rurais. A intenção é utilizar os mesmos dispositivos utilizados hoje para as desapropriações

de terras urbanas. Uma vez desapropriada, o valor determinado para o imóvel é depositado em juízo e a União se imite na posse da propriedade imediatamente. Ao proprietário caberá, apenas, questionar o valor pago, mas não poderá sustar o processo de desapropriação como vem ocorrendo no Incra.

A proposta de perda sumária da terra, defendida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, pela Comissão Pastoral da Terra, e outras entidades representativas dos trabalhadores rurais, não constará do relatório final do deputado Oswaldo Lima Filho.

Outra inovação para o tema da Reforma Agrária será a criação de um Fundo Nacional de Reforma Agrária para custear as despesas de colonização e produção agrícola. Em seu relatório, o deputado Oswaldo Lima Filho propõe também que a Nova Constituição estabeleça parâmetros, impondo ao Governo a obrigação de realizar uma política agrícola permanente e que contribua para a fixação do homem na terra.

QUESTÃO URBANA E TRANSPORTES

Se prevalecerem as inúmeras pressões feitas pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana junto aos constituintes membros da Subcomissão da Questão Urbana e Transportes, o relatório do deputado José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG) deverá reconhecer os direitos urbanos e o respeito ao seu exercício

condicionados ao direito da propriedade, segundo o interesse social de toda a sociedade. Isto quer dizer que a utilização dos imóveis urbanos ficarão subor-

dinados ao princípio do estado de necessidade. Todo cidadão tem direito a condições de vida urbana e caberá ao Estado dar acesso à moradia, transporte público, saneamento, energia elétrica, iluminação pública, comunicações, educação, saúde, lazer e segurança.

No capítulo da propriedade imobiliária urbana, o uso dos imóveis será feito de acordo com a legislação ambiental, respeitando-se as leis urbanísticas e o real interesse dos moradores dos núcleos urbanos.

Outra inovação que deverá constar do relatório final dessa subcomissão é a proposta de criação de uma agência voltada para a coordenação das políticas habitacionais. Caberá a ela estabelecer as diretrizes gerais, recolher e repassar os recursos financeiros para os municípios, que se responsabilizarão pela execução dos projetos de habitação popular.

No capítulo dos direitos urbanos consagrados, a tendência dos constituintes é de aprovar o direito do usucapão urbano. Segundo propostas do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, todo cidadão que, não sendo proprietário urbano, detiver a posse não contestada por três anos de terras públicas ou privada, até o limite de 300 metros quadrados, passará a ser dono do imóvel, desde que seja para sua moradia e de sua família.

Computador agilizará processo

MARBA FURTADO
Da Editoria de Política

Dois corpos de assessores (66 da Câmara dos Deputados e 92 do Senado Federal), terminais de computadores e todo recurso humano do Prodasen, salas, máquinas, papéis, sem contar os cafézinhos e a água gelada, foram colocados à disposição dos 24 relatores das subcomissões temáticas que durante este fim de semana trabalharão intensivamente para que segunda-feira seus respectivos relatórios, com anteprojeto, estejam prontos. O deputado João Hermann Netto (PMDB-SP), relator da Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e

das Relações Internacionais, que se encontra em São Paulo por motivos de saúde, também não vai deixar de trabalhar. Além de seus assessores diretos, a Secretaria Geral da Constituinte enviou para a capital paulistana mais uma equipe de pessoal.

O computador vai ser uma peça fundamental neste processo, como lembra o coordenador dos trabalhos da Secretaria Geral, Mozart Vianna. Sem precisar guardar papéis, os relatores terão à sua disposição as facilidades da informática sempre que necessitarem rever alguma sugestão ou emenda.

"Eu acho que está tudo bem", ressalta o secretário-geral Paulo Afonso de Oliveira. "O pessoal costuma reclamar e, como ninguém reclamou, eu acho que não está faltando nada". O diretor legislativo, Hélio Dutra, reforça a constatação, dizendo que tudo foi feito para que o trabalho dos relatores se realize plenamente.

Os relatores têm nada menos que 9 mil 456 sugestões já catalogadas para trabalhar. Fora estas, existem outras, de entidades civis, já encaminhadas à Mesa da Assembleia Nacional Constituinte e que só precisam de catalogação.